

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.407.216 - MG (2018/0315813-5)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : VERA LUCIA VAZ GUIMARAES JUNQUEIRA
AGRAVANTE : MARCELO RONCHINI MUNIZ
AGRAVANTE : HELENA DE SIQUEIRA COUTINHO
ADVOGADO : MARCELO RONCHINI MUNIZ E OUTRO(S) - MG096564
AGRAVADO : UNIBANCO-UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S/A
ADVOGADOS : MARIANA BARROS MENDONÇA - MG103751
CAIO LÚCIO MONTANO BRUTTON E OUTRO(S) - MG101649
MARIA CLARA GUEDES LUCAS DINIZ - MG133397
BRUNA DE ABREU PEREIRA - MG186096

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que inadmitiu recurso especial, interposto por VERA LUCIA VAZ GUIMARAES JUNQUEIRA E OUTROS, com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DA FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JÁ ARBITRADOS EM DECISÃO DE AGRAVO, TRANSITADA EM JULGADO - SENTENÇA QUE EXTINGUE A EXECUÇÃO POR QUITAÇÃO - SILÊNCIO QUANTO AOS HONORÁRIOS DA FASE EXECUTIVA - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO-DECISÃO CONFLITANTE COM ACÓRDÃO DESTE TRIBUNAL - NULIDADE DE DECISÕES DE EMBARGOS DA SENTENÇA DE EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO, DECLARADA DE OFÍCIO NO 1º GRAU - MANUTENÇÃO.

1 - Não está preclusa e é passível de anulação, de ofício pelo próprio Juízo de 1º grau, decisão proferida em sede de embargos de declaração que afronta julgado anterior do Tribunal de Justiça que, pela via do agravo de instrumento, já havia fixado os honorários advocatícios da fase de execução.

2- Ainda que tenha decorrido o prazo recursal da decisão de embargos de declaração que adicionou os honorários da fase de execução em favor da parte exequente, tal decisão é nula, pois afronta decisão colegiada deste Tribunal que, em rumo distinto, havia fixado os honorários do cumprimento de sentença em prol da parte contrária, ora executada, forte no princípio da causalidade.

V.V. APELAÇÃO CÍVEL - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA -

IMPUGNAÇÃO - ACOLHIMENTO PARCIAL - FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS APENAS EM FAVOR DO ADVOGADO DO EXECUTADO - PRECLUSÃO PARA A FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS EM FAVOR DO ADVOGADO DO CREDOR - INOCORRÊNCIA - DECISÃO QUE FIXA A VERBA HONORÁRIA FALTANTE ANTES DE ENCERRADO O PROCESSO - VALIDADE - RECURSO PROVIDO.

- Quando a impugnação ao cumprimento é acolhida apenas em parte, os honorários devidos ao advogado do executado pelo êxito parcial obtido não excluem o direito do advogado do credor à fixação de verba honorária pelo trabalho envidado na fase executiva, embora o acolhimento da impugnação possa repercutir sobre a base de cálculo da referida verba.

- Em caso de acolhimento parcial de impugnação ao cumprimento de sentença, o arbitramento de honorários apenas para o advogado do executado, sem qualquer menção à verba honorária que deve ser fixada em favor do patrono do exequente, denota omissão que não induz preclusão, visto que, enquanto pendente o processo executivo, cabe ao juízo fixar e rever tal verba, conforme opinião prevalente na doutrina e na jurisprudência.

No recurso especial, os insurgentes apontam, além de divergência jurisprudencial, afronta aos artigos 85, caput e § 1º, 505, 523, caput e § 1º e 827, § 2º, do Código de Processo Civil de 2.015.

Sustentam, em síntese, a possibilidade de serem fixados os honorários advocatícios na fase de cumprimento da sentença em favor dos advogados da parte exequente, na hipótese de parcial acolhimento da impugnação apresentada pela parte executada.

É o relatório.

Passo a decidir.

A irresignação não prospera.

De início, quanto à alegada violação do art. 505 do NCPC, verifica-se que o conteúdo normativo do dispositivo invocado no apelo nobre não foi apreciado pelo Tribunal *a quo*, tampouco foi alvo dos embargos declaratórios opostos, para sanar eventual omissão. Dessa forma, à falta do indispensável prequestionamento, incide, por analogia, o óbice das Súmulas 282 e 356 do STF.

Nesse sentido:

“AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PRESCRIÇÃO. PROCESSO CIVIL. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. NÃO REALIZAÇÃO DO COTEJO ANALÍTICO. RECURSO DESPROVIDO.

1. Aplicam-se as Súmulas n. 282 e 356 do STF quando as questões suscitadas no recurso especial não tenham sido debatidas no acórdão recorrido nem, a respeito, tenham sido opostos embargos declaratórios.

(...)

3. Agravo regimental desprovido.” (AgRg no AREsp 544.459/MT, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/11/2014, DJe 25/11/2014)

Outrossim, verifica-se inexistir prequestionamento dos artigos 85, *caput* e § 1º, 523, *caput* e § 1º e 827, § 2º, do Código de Processo Civil de 2.015

Com efeito, esta Corte de Justiça, ao interpretar o art. 1.025 do Código de Processo Civil de 2015, concluiu que *"a admissão de prequestionamento ficto (art. 1.025 do CPC/15), em recurso especial, exige que no mesmo recurso seja indicada violação ao art. 1.022 do CPC/15, para que se possibilite ao Órgão julgador verificar a existência do vício inquinado ao acórdão, que uma vez constatado, poderá dar ensejo à supressão de grau facultada pelo dispositivo de lei"* (REsp 1.639.314/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 04/04/2017, DJe de 10/04/2017).

No mesmo sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REINTEGRAÇÃO DE POSSE. ALEGADA ILIQUIDEZ DO TÍTULO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DA MATÉRIA VENTILADA NO RECURSO ESPECIAL. SÚMULAS 282/STF E 211/STJ. PREQUESTIONAMENTO FICTO PREVISTO NO ART. 1.025 DO CPC/2015. NECESSIDADE DE SE APONTAR VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015. PRECEDENTE. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. A matéria referente aos arts. 783 e 803, do CPC de 2015 não foi objeto de discussão no acórdão recorrido, apesar da oposição de embargos de declaração, não se configurando o prequestionamento, o que impossibilita a sua apreciação na via especial (Súmulas 282/STF e 211/STJ).

2. O STJ não reconhece o prequestionamento pela simples interposição de embargos de declaração (Súmula 211). Persistindo

a omissão, é necessária a interposição de recurso especial por afronta ao art. 1.022 do CPC de 2015 (antigo art. 535 do Código de Processo Civil de 1973), sob pena de perseverar o óbice da ausência de prequestionamento.

3. "A admissão de prequestionamento ficto (art. 1.025 do CPC/15), em recurso especial, exige que no mesmo recurso seja indicada violação ao art. 1.022 do CPC/15, para que se possibilite ao Órgão julgador verificar a existência do vício inquinado ao acórdão, que uma vez constatado, poderá dar ensejo à supressão de grau facultada pelo dispositivo de lei". (REsp 1639314/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 04/04/2017, DJe 10/04/2017).

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1.098.633/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 12/09/2017, DJe de 15/09/2017)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL. PREVIDÊNCIA PRIVADA. ART. 884 DO CÓDIGO CIVIL. VIOLAÇÃO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA Nº 211/STJ. 1

1. A falta de prequestionamento da matéria suscitada no recurso especial, a despeito da oposição de embargos de declaração, impede seu conhecimento, a teor da Súmula nº 211 do Superior Tribunal de Justiça.

2. Se a questão levantada não foi discutida pelo tribunal de origem e não verificada, nesta Corte, a existência de erro, omissão, contradição ou obscuridade não há falar em prequestionamento ficto da matéria, nos termos do art. 1.025 do CPC/2015, incidindo na espécie a Súmula nº 211/STJ.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 562.067/DF, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/06/2017, DJe de 1º/08/2017)

Ante o exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 08 de novembro de 2019.

Ministro RAUL ARAÚJO
Relator